

**Resumo:** O autor inicia fazendo um retrospecto das Campanhas da Fraternidade Ecumênicas realizadas até o momento, salientando, como é óbvio, sua importância para a caminhada ecumênica no Brasil e apontando-as como o maior projeto ecumênico de evangelização na América Latina. Um breve parágrafo apresenta as motivações de uma Campanha da Fraternidade Ecumênica: a compreensão de que no centro da vivência ecumênica está a luta pela justiça, e o apelo a todas as pessoas religiosas e de boa vontade para que contribuam para a promoção do diálogo, da justiça, da paz e cuidado com a criação. Em seguida o autor relaciona a CFE 2016 com projetos globais de proteção do planeta: a Misereor, o Conselho Mundial de Igrejas e a encíclica Laudato Si do papa Francisco. O autor apresenta, então, os dados alarmantes do CONIC na denúncia da carência de saneamento básico, questão mais específica trabalhada por essa CFE. Por fim, trata das propostas de enfrentamento do problema com os objetivos da CFE, sugestões práticas de ação e de mudança de mentalidade, tendo como base a fé cristã em Deus Criador.

**Palavras-Chave:** Campanha da Fraternidade, Ecumenismo, Ecologia Casa Comum.

**Abstract:** The author begins presenting a retrospect of the Ecumenical Fraternity Campaigns accomplished up to now, stressing of course their importance for the ecumenical journey on Brazil and pointing to them as the biggest ecumenical project of evangelization in Latin America. A brief paragraph presents the motivations for an ecumenical Fraternity Campaign: the understanding that in the center of the ecumenical living is the struggle for justice, and the appeal to all religious and of good willing persons to contribute for the promotion of dialogue, of justice, of peace and of caring for the creation. Then the author relates the EFC 2016 with global projects of protection of the planet: the Misereor, the World Counsel of Churches and Pope Francis Encyclical Laudato Si. Then, the author presents the alarming data of CONIC denouncing the lack of basic drainage, question more specifically treated in this EFC. A last, he discusses the proposals of dealing with the problem with the aims of the EFC, practical suggestions of action and of changing of mind, having as foundation the Christian faith in God the Creator.

**Keywords:** Fraternity Campaign, Ecumenism, Ecology, Common House.

## Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016: compromisso das igrejas pela vida no planeta

*Elias Wolff\**

---

\* Doutor em Teologia. Membro do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR. Coordenador da Comissão Teológica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC.



## Introdução

No ano de 2016, as igrejas que integram o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) realizam a IV Campanha da Fraternidade Ecumênica. É um gesto cristão, ecumênico e profético: *cristão*, porque pela CFE as igrejas poderão dar um testemunho convicto e convincente do Evangelho que proclamam e no qual acreditam; *ecumênico*, porque esse testemunho não acontece isoladamente, mas num projeto que envolve cristãos membros das diferentes tradições eclesiais em objetivos comuns de evangelização; *profético*, porque pela CFE 2016, que trata das questões ambientais, as igrejas estão dando uma significativa contribuição para a promoção e defesa da vida, em todas as suas formas de manifestação.

### 1 Um pouco da história das Campanhas da Fraternidade Ecumênicas

A IV CFE 2016 é continuidade de uma iniciativa que já pode ser considerada o maior projeto ecumênico de evangelização na América Latina. Esse projeto teve início no ano de 1996, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Assembleia Geral, propôs realizar ecumenicamente a Campanha da Fraternidade no início do ano 2000. Tratava-se de uma forma privilegiada de celebrar os 2000 anos do cristianismo. A proposta foi feita ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC, que aceitou, como também o fizeram as igrejas que o compõem<sup>1</sup>. Assim, no ano 2000, virada do milênio e celebração do Grande Jubileu, as igrejas do CONIC realizaram a primeira Campanha da Fraternidade Ecumênica – CFE I, com o tema “*Dignidade Humana e Paz: Novo Milênio sem Exclusões*”; e o lema: “*A justiça produzirá a paz*” (Is 32,17). Com esses tema e lema, a CFE I procurou tratar os sub-temas: valores sociais; políticas sociais e democráticas: reforma agrária, educação para a paz; denúncia de violação de direitos humanos: população negra, indígena, mulheres, dívida externa. A tarefa ecumênica da CFE I era resgatar a dignidade humana “ferida nos porões da vida, à luz do sol e nos bastidores da política” (CONIC, 2009, p. 16). A profecia ecumênica consistia no esforço comum das igrejas para contribuírem na superação da violência e na promoção da dignidade

<sup>1</sup> Atualmente, o CONIC é composto por 5 igrejas: Igreja Católica, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Presbiteriana Unida, Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia.



humana e da paz. Questões que deveriam estar no centro da vida e do testemunho das igrejas, bem como da sociedade como um todo. O tema não é exclusivo das igrejas, muitas religiões e movimentos sociais estão comprometidos com ele. Nesse sentido, as igrejas fazem um significativo esforço de cooperação com todas as organizações que lutam por dignidade humana e paz. E a elas cabe também a responsabilidade de, a partir do Evangelho, propor o significado cristão da dignidade humana e da paz, bem como denunciar tudo aquilo que fere o ser humano e produz situações de violência na sociedade.

No ano de 2005, foi realizada a segunda Campanha da Fraternidade Ecumênica – CFE II, com o tema “*Solidariedade e Paz*” e o lema: “*Felizes os que promovem a paz*”. Os sub-temas trabalhados na CFE II consideraram o contexto da preparação da Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, naquele ano realizado em Porto Alegre, Brasil: a década para superar a violência (violência no campo, violência de gênero); a cultura de paz. Uma vez mais, as igrejas do CONIC uniram suas forças para, de forma solidária e ecumênica, conscientizarem a sociedade brasileira a lutarem juntos pela superação da violência e a construção da paz. A paz é alcançada por meio da justiça e da solidariedade. Justiça e solidariedade são conceitos muito caros para a teologia cristã. Deus é justo (Dt 32,4; Sl 119,37; Is 42,21) e a justiça divina é o que nos justifica (Rm 8,33; 2,13; 3,30; 5,9; Gl 3,8; Tt 3,7). Justiça e salvação podem ser entendidas como sinônimos enquanto ambos indicam a realidade do Reino de Cristo, a meta da humanidade. Solidariedade é a prática cristã que expressa coerência com o discipulado de Cristo. Vêmo-la em Maria, quando de sua visita à prima Isabel (Lc 1,39-47); na parábola do bom samaritano (Lc 10,25-37); no episódio da cura de um paralítico que chegou até Jesus, com a ajuda de amigos que o desceram pelo teto da casa em que se encontrava (Mc 2,1-12); na descrição do Apóstolo Paulo, sobre o “corpo de Cristo” (Rm 12). A expressão maior de solidariedade está na vida de Jesus de Nazaré, particularmente ao solidarizar-se com a humanidade até “à morte na cruz” (Fl 2,8).

Em 2010, as igrejas do CONIC realizaram a terceira Campanha da Fraternidade Ecumênica – CFE III. O tema foi “*Economia e Vida*”; e o lema “*Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro*” (Mt 6,24). Os sub-temas trabalhados na CFE III foram: dívida da vida x lógica do mercado; desigualdade econômica; desenvolvimento humano; economia solidária. A CFE III tinha como objetivo geral: “Colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço



conjunto das igrejas cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão” (CONIC, 2009, p. 9). A metodologia e as estratégias da CFE III foram: denunciar a perversidade do modelo econômico atual, educar para a prática de uma economia solidária que valorize a vida, e conclamar não só as igrejas cristãs e outras religiões, mas também toda a sociedade, para desenvolver ações sociais e políticas “que levem à implantação de um modelo econômico de solidariedade e justiça para todas as pessoas” (CONIC, 2009, p. 18). Tanto os objetivos quanto as estratégias foram trabalhados durante a realização da Campanha, em quatro níveis: social, eclesial, comunitário e pessoal. Assim, as igrejas do CONIC conclamavam todos os cidadãos brasileiros para a construção de uma nova sociedade, fortalecendo a convicção sobre a possibilidade de um novo modelo econômico, e denunciando “as distorções da realidade econômica existente, para que a economia esteja a serviço da vida” (CONIC, 2009, p. 9).

Reunidos em Assembleia Geral no ano de 2013, os bispos católicos aprovaram propor ao CONIC a realização da IV Campanha da Fraternidade Ecumênica – CFE IV, em 2016. A proposta inicial era para realizar a CFE IV em 2015, mas a Assembleia entendeu que nesse ano se deveria privilegiar mais especificamente a celebração dos 50 anos do Concílio Vaticano II. Isto aconteceu com o tema “Igreja e Sociedade”, o que não deixou de ter importantes implicações ecumênicas. Na ocasião, contudo, aprovou-se a realização de mais uma CFE para o ano de 2016. Como nas CFE anteriores, coube ao CONIC coordenar a preparação, a realização e a avaliação da CFE IV.

A Campanha da Fraternidade de 2016 apresenta o tema: “*Casa comum, nossa responsabilidade*” e tem como lema: “*Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca*” (Am 5,24). O objetivo principal é assegurar o direito ao saneamento básico para todas as pessoas e empenhar-nos, à luz da fé, por políticas públicas e atitudes responsáveis que garantam a integridade e o futuro de nossa casa comum.

## 2 Razões fundamentais das Campanhas da Fraternidade Ecumênicas

Uma CFE é um gesto que não visa expressar apenas as boas relações entre as diferentes igrejas e o respeito mútuo. Muito mais que isso, a CFE é uma expressão do reconhecimento mútuo da fé cristã vivida nas



diferentes tradições eclesiais, da caminhada comum na afirmação dos valores do Evangelho, bem como dos desafios ainda existentes para uma plena comunhão na profissão da fé e na evangelização. A motivação para as CFEs é assim apresentada pelo CONIC:

*A motivação para essas Campanhas fundamentou-se na compreensão de que no centro da vivência ecumênica está a luta pela justiça. Isto se deu porque o movimento ecumênico está marcado pela ação e pelo desafio de construir uma casa-comum (oikoumene) justa, sustentável e habitável para todos os seres vivos. Essa luta é profética, pois questiona as estruturas que causam e legitimam vários tipos de exclusão: econômica, ambiental, social, racial, étnica e de gênero<sup>2</sup>.*

*O testemunho ecumênico coloca-se na contramão de todo tipo de competição e de proselitismo, tão frequentes no nosso contexto religioso. É uma clara manifestação de que a paz é possível. É um apelo dirigido a todas as pessoas religiosas e de boa vontade para que contribuam com as suas capacidades para a promoção do diálogo, da justiça, da paz e cuidado com a criação. É, também, uma comprovação de que Igrejas irmãs são capazes de repartir dons e recursos na sua missão”<sup>3</sup>.*

### 3 A Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016 para além do Brasil

É digno de nota o fato de que as Campanhas da Fraternidade Ecumênicas realizadas no Brasil repercutem positivamente também fora do país. E a prova mais contundente disso é o fato de que a *Misereor* decidiu integrar-se na CFE IV. A *Misereor* é uma organização da Igreja Católica na Alemanha e anualmente realiza uma Campanha de Quaresma com o objetivo de angariar fundos em vista de solidarizar-se com as igrejas locais mais necessitadas em várias regiões do mundo. “Acolher a *Misereor* como irmã de caminhada na IV CFE significa assumir que a cooperação para o desenvolvimento vai além de alguma ajuda pontual para algum grupo específico. Desde uma perspectiva de fé, significa também assumir a responsabilidade comum pelo futuro da Terra”<sup>4</sup>.

Assim, a CFE 2016 trata de uma questão urgente para toda a humanidade: o cuidado da vida no planeta. Integra-se, dessa forma, com as

<sup>2</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade. Texto-Base*, 2015, n. 4.

<sup>3</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade. Texto-Base*, 2015, n. 3.

<sup>4</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade. Texto-Base*, 2015, n. 13.



campanhas feitas em âmbito global para que a humanidade dê uma atenção especial aos problemas da água, do clima, da desertificação etc., e evite toda ação que cause desequilíbrio nos ecossistemas. Nesse sentido, a CFE 2016 está em sintonia com projetos realizados pelo Conselho Mundial de Igrejas sobre o cuidado da criação, tema que já foi conteúdo central de debates em assembleias do CMI. Está em perfeita sintonia também com o que o papa Francisco afirma em sua encíclica *Laudato Si'*: “O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar” (LS, 13). E o papa sabe que esse trabalho precisa ser feito num processo de cooperação entre todas as igrejas, religiões e povos. O cuidado da criação é uma tarefa ecumênica: “Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos construindo o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental que vivemos e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós” (LS 14).

Como se vê, tanto o CMI com seus diversos projetos ecumênicos, quanto o ensinamento do papa Francisco, na continuidade do ensino social do magistério católico, alertam – como o fazem também muitas outras igrejas, religiões e organizações da sociedade civil – para as ameaças que o atual modelo de desenvolvimento causa à vida de todas as criaturas sobre a face da terra. Ameaça à própria Terra. É um modelo que destrói a biodiversidade. E estas ameaças atingem os mais pobres. As atividades do CMI e do papa Francisco em torno dos problemas ambientais inspiram e fortalecem a ação ecumênica das igrejas para a contribuição na solução desses problemas. E a CFE 2016 é uma dessas contribuições, integrando as igrejas num projeto de ação comum em torno do saneamento básico. A terra, nossa casa comum, está sendo fortemente ameaçada. E os cristãos não podem calar. O Evangelho os convoca ao cuidado da criação. Urge um comportamento que desenvolva uma ecologia integral, a qual se expressa como ecologia ambiental, humana, social e espiritual. Trata-se de uma questão de justiça para com o projeto do Criador e de respeito à dignidade de todas as criaturas. “Promover a justiça climática, assumir nossas responsabilidades pelo cuidado com a casa comum e denunciar os pecados que ameaçam a vida no planeta é a missão confiada por Deus a cada um e cada uma de nós”<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade. Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016. Texto-Base*. Edições CNBB, 2015, n. 10.



## 4 A Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016

### 4.1 A realidade enfrentada pela Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016

O tema e o lema da CFE 2016 tratam do *cuidado com a criação e da luta pela justiça, sobretudo dos mais pobres e vulneráveis*. São duas dimensões básicas da promoção e preservação da vida, em todas as suas formas. Com essa Campanha da Fraternidade Ecumênica, as igrejas do CONIC se propõem a dialogar e cooperar com organizações religiosas e da sociedade civil que desenvolvem uma reflexão crítica dos modelos de desenvolvimento que orientam a política e a economia no mundo globalizado. O CONIC reflete sobre essa realidade a partir de um problema específico que afeta o meio ambiente e a vida de todos os seres vivos, que é a fragilidade e, em alguns lugares, a ausência, dos serviços de saneamento básico no Brasil.

Os dados são alarmantes: em 2013, cerca de 76,2% de domicílios tinham acesso à rede coletora de esgotos ou dispunham de fossa séptica, o que mostra quão grande é o número de domicílios (perto de 25%) com fossas rudimentares ou lançando seus esgotos a céu aberto<sup>6</sup>. Dos 93,3 milhões de pessoas que foram servidas por redes coletoras de esgotos sanitários, apenas 39% serviram-se de esgotos que foram tratados. Em 2011, o Brasil ocupava a 112ª posição em um conjunto de 200 países no quesito saneamento básico. Nesse mesmo ano, “as 100 maiores cidades do país produziram mais de 5,1 bilhões de m<sup>3</sup> de esgoto. Desses, mais de 3,2 bilhões de m<sup>3</sup> não receberam tratamento. Significa que essas cidades jogaram cerca de 3.500 piscinas olímpicas de esgoto por dia na natureza”<sup>7</sup>.

A precariedade do saneamento ambiental no Brasil tem graves consequências para a população: “Em 2013, segundo o Ministério da Saúde (DATASUS), foram notificadas mais de 340 mil internações por infecções gastrointestinais no país. Se 100% da população tivesse acesso à coleta de esgotos sanitários, haveria uma redução, em termos absolutos, de 74,6 mil internações. Em 2013, 2.135 pessoas morreram no hospital por causa das infecções gastrointestinais”<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade*. Texto-Base, 2015.

<sup>7</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade*. Texto-Base, 2015.

<sup>8</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade*. Texto-Base, n. 42.



O problema não é apenas urbano, afeta também os habitantes do meio rural – cerca de 29,9 milhões de pessoas, perfazendo aproximadamente 8,1 milhões de domicílios, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Desses, “apenas 33,2% das moradias rurais estão ligadas à rede de distribuição de água, com ou sem canalização interna. Enquanto isso, 66,8% dos domicílios rurais utilizam outras formas de abastecimento, ou seja, soluções alternativas, coletivas ou individuais. Já em relação aos resíduos sólidos, 23,4% dos domicílios contavam com coleta porta em porta, 7,2% faziam a coleta numa caixa estacionária ou ponto de lixo, enquanto 69,4% não contavam com esse serviço”<sup>9</sup>. Segundo o PNAD/2012, muitas habitações rurais não dispõem de banheiros e fossas. O esgotamento sanitário atende somente 5,2% dos domicílios rurais e só 28,3% possuem fossa séptica. “Em 49% das residências que têm banheiro, o escoamento de fezes e urina ocorre por meio de fossas rudimentares não ligadas à rede. Em 17%, os dejetos são jogados a céu aberto. Outras soluções, muitas vezes inadequadas para o destino dos dejetos, são adotadas por 52,9% como fossas rudimentares, valas, despejo do esgoto diretamente nos cursos d’água. Além disso, 13,6% não usam nenhuma solução”<sup>10</sup>.

Também o fornecimento de água no meio rural é uma realidade preocupante. Existe o serviço de poços, fontes, distribuição por veículo transportador e outros recursos. Muitas comunidades rurais consomem água contaminada com o manejo e disposição final impróprios de resíduos sólidos e líquidos. Atividades agropecuárias, mineradoras, indústrias, usinas de cana-de-açúcar, hidroelétricas, madeireiras e outras atividades de manejo inadequado do solo contaminam poços, olhos d’água e nascentes.

## 4.2 Quais as causas de tal realidade?

Salta à vista que dentre as principais causas dessa realidade estão a destinação inadequada do lixo doméstico e das indústrias. Mas o problema de fundo é político. O Brasil tem a *Lei Nacional de Saneamento Básico* – LNSB – Lei nº 11.455, de 5 de janeiro de 2007. Por essa Lei, cada município deveria ter o seu *Plano Municipal de Saneamento Básico* (PMSB), de forma participativa, conforme Decreto nº 8.211/2014. O

<sup>9</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade. Texto-Base*, n. 64.

<sup>10</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade. Texto-Base*, n. 63.



Plano Municipal precisa estar em consonância com o *Plano Nacional de Saneamento Básico* (Plansab). A lei existe, mas não é implementada. A administração pública no Brasil não observa a LNSB como deveria. Vereadores, prefeitos, governadores estaduais e o próprio governo federal, preferem investir em obras que dão maior visibilidade, como viadutos, túneis, praças e estádios de futebol, do que em saneamento básico. Redes de distribuição de água, de coleta de esgotos e de drenagem de águas pluviais não aparecem, não dão voto nem ibope ao poder público. Além disso, existem as obras que não são concluídas, ou de baixa qualidade, em geral com corrupções nos contratos. As administrações públicas não sabem o que fazer com o lixo das cidades: “Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008 do IBGE (divulgada em 2010)<sup>11</sup>, do total de resíduos sólidos coletados diariamente, 50,8% foram levados para lixões, 21,5% para aterros controlados e 27,7% para aterros sanitários. Portanto, no mínimo 72,3% dos resíduos são depositados de forma inadequada, uma vez que aterros controlados não são formas de disposição final ambientalmente adequada, e sua fragilidade gera facilmente os mesmos problemas dos lixões”<sup>12</sup>. Assim, a ação governamental é excessivamente lenta para solucionar esse problema: “O governo federal pretende universalizar o saneamento básico no Brasil em 20 anos (2014 a 2033) e para isso estima a necessidade de R\$ 508,45 bilhões, sendo que R\$ 302 bilhões somente para obras de água e esgotos. Teríamos de investir em média R\$ 25 a 26 bilhões/ano, mas ainda não passamos dos R\$ 9 bilhões por ano”<sup>13</sup>.

## 5 A contribuição das Igrejas para a mudança dessa realidade

Não basta constatar a triste realidade da falta de saneamento básico. É preciso tomar posição frente a ela, disponibilizando-se para contribuir na solução dos problemas constatados. A CFE 2016 é expressão do compromisso das igrejas na mudança dessa realidade. Para isso, a CFE 2016 tem como *objetivo geral*: “Assegurar o direito ao saneamento

<sup>11</sup> Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pnsb2008/PNSB\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf)>.

<sup>12</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade. Texto-Base*, n. 53.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/524625-qos-servicos-de-coleta-e-tratamento-de-esgoto-ainda-sao-muito-precariosqentrevista-especial-com-edison-carlos>> in: CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade. Texto-Base*, n. 43.



básico para todas as pessoas e empenhar-nos, à luz da fé, por políticas públicas e atitudes responsáveis que garantam a integridade e o futuro de nossa casa comum”.

Esse objetivo realiza-se por meio dos seguintes *objetivos específicos*:

- 1) Unir igrejas, diferentes expressões religiosas e pessoas de boa vontade, na promoção da justiça e do direito ao saneamento básico;
- 2) Estimular o conhecimento da realidade local em relação aos serviços de saneamento básico;
- 3) Incentivar o consumo responsável dos dons da natureza, principalmente da água;
- 4) Apoiar e incentivar os municípios para que elaborem e executem o seu Plano de Saneamento Básico;
- 5) Desenvolver a consciência de que políticas públicas na área de saneamento básico apenas se tornarão realidade pelo trabalho e esforço em conjunto;
- 6) Denunciar a privatização dos serviços de saneamento básico, pois eles devem ser política pública como obrigação do Estado;
- 7) Desenvolver a compreensão da relação entre ecumenismo, fidelidade à proposta cristã, e o envolvimento com as necessidades humanas básicas.<sup>14</sup>

Concretamente, como acontece a CFE 2016? Há muitas formas de viver a CFE 2016. O *Texto Base* nos orienta para *participarmos* das decisões sobre questões ambientais na região onde moramos; *educar para a sustentabilidade*, com práticas simples, mas efetivas, como economizar água no banho, apagar as lâmpadas em ambientes onde não estamos presentes, separar o lixo de acordo com o que está sendo descartado, manter a limpeza em nosso ambiente, descartar pilhas e produtos eletrônicos de maneira adequada; *conhecer as estruturas legais existentes* e cobrar sua atuação em favor do cuidado ambiental. São todas orientações práticas de como viver bem a CFE 2016.

Mas uma questão é fundamental, está na base, e orienta todas as boas práticas na vivência da CFE 2016: é a mudança de mentalidade, de concepção das coisas, mudança de lógica. Sem uma nova mentalidade que nos conscientize do cuidado da criação, do ambiente onde moramos,

<sup>14</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade. Texto-Base*, 2015, n. 26.



as práticas da CFE 2016 não provocarão mudanças a favor de uma nova realidade social e ambiental. Nessa mudança de mentalidade, tomamos consciência de que:

*A vida do planeta depende das novas práticas que adotarmos. Cabe a nós garantir um planeta sustentável para as gerações futuras. Por isso, lembre-se de: Não gerar lixo, sempre que possível; agir sempre na possibilidade de reutilizar; sempre que possível, reciclar; caso possa, tratar os resíduos; não havendo as possibilidades anteriores, buscar, de forma conjunta, que os depósitos dos resíduos coletados sejam feitos em aterros sanitários<sup>15</sup>.*

## 6 A amplitude ecológica da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016

A CFE 2016 aprofunda a consciência da gravidade da crise ecológica e acentua, na consciência das igrejas, dos cristãos e da sociedade como um todo, a responsabilidade pela superação de tal situação. Isso deve levar todos a um repensamento do que se considera progresso e à pergunta se tal progresso é de fato necessário e condizente com a busca do desenvolvimento humano. Esse repensamento atinge o centro do conhecimento técnico-científico, o seu método de análise e da objetivação dos sistemas de vida naturais, que se torna o método da submissão da criação à vontade do sujeito. Neste método, o ser humano não se coloca como um membro da criação, mas dela se isola para dominá-la e explorá-la. Do emergir da consciência ecológica surge a compreensão de que o “progresso” na ótica capitalista entra num círculo vicioso, que serve mais à morte que à vida. E então muitos perguntam: “Como poderá haver uma ‘conversão’ das concepções e dos caminhos que conduzem a uma previsível morte universal, para um ‘futuro da vida’ que assegure a sobrevivência comum do homem e da natureza?”<sup>16</sup>.

Tem-se, então, a possibilidade de rever o lugar e o papel do ser humano no conjunto da criação. A consciência da destruição ambiental possibilita às pessoas a consciência de que elas também participam do destino de destruição da natureza. Trata-se de uma crise de todo o sistema de vida, naturalmente incluída a vida humana. É nessa consciência que

<sup>15</sup> CONIC, *Casa comum, nossa responsabilidade. Texto-Base*, n. 191.

<sup>16</sup> MOLTMANN, J., *Dios en la creación*, Sigueme, 1987, 34.



surge o paradigma ecológico para a compreensão da realidade como um todo. Do radical grego *hólon*, que significa “todo”, derivam os termos “holístico” e “católico”. Ambos indicam a realidade como algo global, na qual as partes estão no todo e o todo está inteiro nas partes, onde tudo tem a ver com tudo, formando uma complexa rede de relações recíprocas. O cosmos inteiro é entendido como um complexo sistema de elementos que interagem. A terra é “um grande organismo vivo que se alimenta nos minerais, que brota nos vegetais, que respira nos animais, que se espiritualiza nos humanos, mas de forma unitária, em que o espírito, o respiro, o florescimento, a nutrição estão em todos os níveis”<sup>17</sup>. Essa perspectiva do holismo ecológico mostra a profunda interação, como interpenetração, entre o ser humano e a criação como um todo, sendo ele mesmo um elemento da criação. Acontece, assim, uma espécie de reconciliação do ser humano com o universo, ele não mais se considera o dominador, possuidor e com direito de destruir a criação em benefício próprio, mas entende que cada espécie vivente e cada forma de vida tem sua razão de ser, tem sua própria dignidade. “As criaturas, em cada espécie, em cada detalhe, são queridas pelo Criador assim como são e assim como estão... Trata-se aqui da dignidade de cada espécie e de cada ser”<sup>18</sup>.

Portanto, ao invés de dominar e explorar, ao ser humano cabe uma responsabilidade especial no conjunto da criação: de cuidar, um cuidado de conservação responsável pela *oikoumene*, todo o mundo habitado. Isso significa uma relação de aliança e companheirismo, na fraternidade criatural, onde a vida de um ser tem profunda interação com a vida de outro ser. O fato de existir tem uma implicação ética e vocacional na relação com a existência de outros seres: ética no sentido de compromisso e responsabilidade pelo outro; vocacional como possibilidade para a vida do outro<sup>19</sup>. Pois, “As criaturas formam, em suas relações criaturais, espaço de criação umas para as outras”<sup>20</sup>. Daqui a familiaridade entre todas as criaturas, pela qual o humano sente-se irmão da água, do ar, da fauna, da flora, do sol, das estrelas. Tudo existe em todos os seres existentes e todos estão em tudo. O ser humano também é água, minério, ar..., um microcosmos, uma espécie de síntese de muitos elementos existentes no universo: “nós mesmos somos terra (Gn 2,7). O nosso corpo é constituído

<sup>17</sup> SUSIN, L. C., *A Criação de Deus*, Paulinas/Siquem, 2003, 18.

<sup>18</sup> SUSIN, L. C., *A Criação de Deus*, 69.

<sup>19</sup> Cf., SUSIN, L. C., *A Criação de Deus*, 70.

<sup>20</sup> SUSIN, L. C., *A Criação de Deus*, 70.



pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos”<sup>21</sup>.

Por isso, urge uma “ecologia integral”, que é também ecologia humana e ecologia social, ecologia espiritual. Cuidar do cosmos é cuidar do ambiente de todas as criaturas, cuidar do humano e da teia de relações que constroem os tecidos sócio-cultural e religioso nos quais estamos envolvidos. Cada espaço é um lugar de relações vitais que precisa ser cuidado como o lar onde habita a vida e o ser que dela depende.

Emerge, assim, a consciência de buscar novas formas de vínculos humanos e destes com a criação. Vínculos pautados em programas de justiça social e justiça ambiental. Para isso, é preciso desenvolver atitudes e construir projetos que garantam o cuidado e a defesa de todas as formas de vida existentes no planeta. Isso não acontece sem um posicionamento político que garanta o manejo responsável dos recursos naturais, sua conservação, recuperação e uso adequado. Esse posicionamento deve comprometer as lideranças dos governos, das igrejas e das religiões, envolvendo a sociedade como um todo. A sobrevivência dos seres vivos está condicionada à opção humana por um desenvolvimento sustentável para todos os povos, base para a promoção da saúde humana e ambiental, o combate à miséria e as modificações dos modelos de consumo, entre outros. Afinal, o “entorno natural” do ser humano não é entendido de forma separada do seu “entorno cultural, social e religioso”.

*E-mail do autor:*

elias.wolff@pucpr.br

<sup>21</sup> FRANCISCO, Carta encíclica *Laudato Si – Sobre o cuidado da casa comum*, Paulinas, 2015, n. 2.